



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇÁS - ESTADO DA BAHIA

EDITAL N.º 001/2026/PMABA/GCM/BCM

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Duração: 4h (quatro horas)
Leia atentamente as instruções abaixo:

Transcreva a frase abaixo para o quadro "Exame Grafotécnico" do seu Cartão de Respostas:
"O compromisso com a sociedade é permanente."

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	
1 a 10	11 a 15	16 a 40

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

- 02** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04** No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



- 05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras "A", "B", "C" e "D", mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06** O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.
- 07** Só será permitido ao candidato levar o caderno de questões a partir de 1 (uma) hora para o horário de término da prova.
- 08** Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**
- 09** Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração para a correção.
- 10** Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o tempo de duração da prova, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir.

O que a psicologia diz sobre as pessoas que passam horas no celular e adiam tarefas importantes?

Existem dois sentimentos que se tornaram familiares a milhões de pessoas nos últimos anos: um, o de que o tempo voa, e o outro: de que, por mais que se queira concluir uma tarefa, é impossível fazê-la. Este último é conhecido como "procrastinação" e, no estudo "Procrastinação: Quando as coisas boas não chegam para quem espera", é definido como o adiamento voluntário de tarefas, mesmo que esse adiamento traga consequências negativas.

Mas o que acontece quando o que é feito durante esse tempo extra gera satisfação? Os psicólogos chamam isso de "dopamina evitativa", e é a maneira como o sistema límbico — a parte emocional do cérebro — escapa de tarefas/atividades que geram ansiedade ou desconforto.

Sebastián Ibarzábal, psicólogo clínico e especialista em conflitos de relacionamento e problemas de comunicação, explica: "chama-se assim porque a dopamina é o neurotransmissor que regula a antecipação de recompensas e o impulso para buscá-las".

O fenômeno torna-se evidente, por exemplo, quando alguém precisa terminar um relatório de trabalho e, em vez de se sentar para fazê-lo, começa a assistir a vídeos do TikTok ou pensa que é uma boa ideia lavar a pilha de louça que está na cozinha há dias. O cérebro processa essas distrações e pensa: "Isso é bom, vamos fazer de novo".

"A busca por estímulos instantâneos é sempre ativada quando surge algo desconfortável, gerando uma distração que é eficaz a curto prazo e, justamente por isso, se repete", acrescenta o profissional a respeito da tendência de procrastinar por horas.

O problema fundamental é que as recompensas rápidas dificultam a concentração em um trabalho significativo a longo prazo, porque não produziram o mesmo efeito.

Victoria Almirotty, formada em psicologia, acrescenta: "Não procrastinamos apenas porque existem estímulos recompensadores, mas porque certas tarefas nos confrontam com frustração, autoexigência, medo do fracasso, exposição ou conflito com o desejo."

Esses comportamentos que levam à procrastinação, continua Almirotty, geram alívio imediato, mas depois aumentam os sentimentos de culpa, ansiedade e perda de autoestima. "Eles formam um ciclo negativo difícil de quebrar", afirma ela. [...]

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2026/06/03/o-que-a-psicologia-diz-sobre-as-pessoas-que-passam-horas-no-celular-e-adiam-tarefas-importantes.ghml>. Excerto. Acesso em 03/06/2026

1. O objetivo principal do texto é:

- A) discutir as causas psicológicas da procrastinação
- B) problematizar os impactos sociais da procrastinação
- C) descrever comportamentos associados à procrastinação
- D) explicar os mecanismos psicológicos envolvidos na procrastinação

2. No contexto do texto, a pergunta "Mas o que acontece quando o que é feito durante esse tempo extra gera satisfação?" (2º parágrafo) desempenha principalmente a função de:

- A) resumir a discussão anterior
- B) introduzir uma objeção ao conceito de procrastinação
- C) questionar a validade científica das pesquisas que investigam o comportamento procrastinatório
- D) marcar a passagem da definição do fenômeno para a explicação de um de seus mecanismos psicológicos

3. No trecho "O cérebro processa essas distrações e pensa: 'Isso é bom, vamos fazer de novo'" (4º parágrafo), o uso das aspas produz o efeito de:

- A) simular, em linguagem coloquial, o mecanismo neurológico de reforço positivo, tornando acessível ao leitor um processo que, de outra forma, exigiria terminologia técnica
- B) atribuir ao cérebro uma voz própria para marcar ironia em relação ao comportamento humano
- C) reproduzir a fala real de um dos especialistas entrevistados no texto
- D) indicar a citação literal de algum estudo científico mencionado no texto

4. Uma síntese compatível com a lógica argumentativa do texto é que o(a):

- A) prazer gera procrastinação
- B) procrastinação resulta da falta de disciplina individual
- C) uso de celulares e de redes sociais constitui a única explicação plausível para o crescimento dos comportamentos procrastinatórios
- D) atitude constante de adiar tarefas decorre de uma interação entre mecanismos de recompensa e tentativas de evitar desconfortos emocionais

5. No trecho "**Eles** formam um ciclo negativo difícil de quebrar" (8º parágrafo), o pronome em destaque refere-se mais diretamente a:

- A) conflitos
- B) sentimentos
- C) comportamentos que levam à procrastinação
- D) sentimentos de culpa, ansiedade e perda de autoestima

6. A coerência do texto decorre, principalmente, da

- A) repetição lexical
- B) enumeração cronológica
- C) progressão lógica das explicações
- D) predominância de sequências narrativas

7. Em "[...] gerando uma distração que é eficaz a curto prazo e, justamente **por isso**, se repete" (5º parágrafo), a expressão destacada introduz ideia de:

- A) consequência
- B) finalidade
- C) condição
- D) adição

8. No trecho "O cérebro **processa** essas distrações..." (4º parágrafo), o verbo destacado encontra-se no:

- A) presente do subjuntivo
- B) presente do indicativo
- C) futuro do presente
- D) pretérito perfeito

9. Em “[...] certas tarefas nos **confrontam** com frustração, autoexigência, medo do fracasso, exposição ou conflito com o desejo” (7º parágrafo), o verbo em destaque é empregado como:

- A) transitivo direto e indireto
- B) transitivo indireto
- C) verbo de ligação
- D) intransitivo

10. “O problema fundamental é que as recompensas **rápidas** dificultam a concentração em um trabalho significativo a longo prazo, porque não produziram o mesmo efeito” (6º parágrafo). Nesse excerto, o termo destacado é classificado como:

- A) complemento nominal
- B) adjunto adnominal
- C) adjunto adverbial
- D) predicativo

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um usuário do *Google Drive*, em um ambiente com *MS Windows 10* em português, precisa obter informações sobre um arquivo que ele inseriu na sua pasta do *Google Drive*. Para isso, depois de acessar o *Google Drive* e conectar no “Meu Drive”, ele deve clicar com o botão direito do mouse no arquivo e selecionar:

- A) Visualizar Detalhes -> Informações
- B) Visualizar Detalhes -> Propriedades
- C) Informações sobre o Arquivo -> Detalhes
- D) Informações sobre o Arquivo -> Propriedades

12. Um usuário do *MS Word 2013*, em português, deseja alinhar seu texto à esquerda utilizando teclas de atalho. As teclas de atalho para executar essa tarefa são:

- A) Alt + E
- B) Alt + Q
- C) Ctrl + E
- D) Ctrl + Q

13. Um usuário do *MS Excel 2013*, em português, posicionou-se na aba “*Layout da página*” para preparar uma planilha para impressão. Nesse caso, ele deseja trabalhar na definição das margens da planilha a ser impressa. O ícone para essa ação, nessa aba, é o:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 

14. Com o objetivo de melhorar a segurança da rede de uma empresa, o administrador da rede deseja obter um *software* para monitorar o tráfego e, ao identificar uma ameaça, barrar conteúdos potencialmente perigosos. Nesse caso, ele precisa adquirir um aplicativo do tipo:

- A) *Adware*
- B) *Firewall*
- C) *AntiSpyware*
- D) *Ransomware*

15. Um usuário deseja implementar uma rede de área local cabeada, com a restrição de estar alocada a um ambiente como uma residência, escola ou escritório. Esse tipo de rede é conhecido pela sigla:

- A) LAN
- B) CAN
- C) PAN
- D) WAN

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Com relação ao regime jurídico, à organização e às competências dos órgãos de segurança pública estabelecidos no Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que:

- A) a polícia federal é estruturada em carreira única
- B) o corpo de bombeiros militar possui atribuições de polícia judiciária
- C) os integrantes da polícia rodoviária federal são remunerados por subsídio
- D) as polícias civis são subordinadas administrativamente aos chefes do Ministério Público

17. No que diz respeito às disposições constitucionais sobre o Poder Legislativo, especificamente ao processo legislativo e ao estatuto dos congressistas, pode-se constatar que:

- A) o veto presidencial deve ser apreciado em sessão secreta
- B) a emenda à Constituição não pode ser rejeitada na mesma sessão legislativa
- C) o projeto de lei rejeitado poderá ser renovado mediante proposta da maioria absoluta
- D) os Deputados e Senadores podem ser incorporados às Forças Armadas, caso sejam militares, mesmo sem licença da sua respectiva casa

18. No que tange às atribuições do Presidente da República e à possibilidade de delegação de competências no âmbito do Poder Executivo, conforme as normas expressas na Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que o(a):

- A) concessão de indulto, graça e anistia são indelegáveis
- B) extinção de funções ou cargos públicos vagos pode ser delegada ao Advogado-Geral da União
- C) provimento e extinção de cargos públicos federais podem ser delegados ao Procurador-Geral da República
- D) declaração de guerra contra Estados estrangeiros pode ser delegada privativamente aos Ministros de Estado

19. Em relação à extinção, à invalidação e à revogação dos atos administrativos, bem como aos seus respectivos efeitos no tempo e limites legais, pode-se afirmar que o(a):

- A) ato administrativo nulo gera efeitos ex nunc
- B) revogação de um ato opera efeitos retroativos automáticos
- C) direito da Administração de anular atos favoráveis prescreve em dois anos
- D) invalidação de ato ilegal resguarda os efeitos já produzidos perante terceiros de boa-fé

20. No que concerne aos elementos de formação do ato administrativo e ao instituto da convalidação, constata-se que o(a):

- A) motivo do ato é o seu resultado prático final
- B) vício de finalidade admite convalidação administrativa
- C) ato com vício insanável de forma deve ser convalidado pela lei
- D) competência em razão da matéria é considerada um elemento inderrogável

21. Com relação à responsabilidade civil do Estado, à aplicação da responsabilidade objetiva e ao direito de regresso no ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que o(a):

- A) direito de regresso prescreve em dois anos
- B) ação de regresso prescinde da comprovação de culpa do agente
- C) responsabilidade regressiva do agente público transmite-se aos herdeiros até o limite da herança
- D) terceiro lesado pode ajuizar a ação indenizatória diretamente contra o servidor, conforme já decidido pelo STF

22. Um guarda municipal, lotado no setor de patrimônio do Município de Araçás, apropriou-se de um celular pertencente à administração pública que estava sob sua guarda direta em razão de seu cargo. Poucos dias depois, ele vendeu o equipamento a um terceiro como se fosse de sua propriedade particular. Considerando a conduta do agente e as regras expressas no Código Penal Brasileiro para os crimes funcionais, a capitulação jurídica exata para o crime por ele cometido é:

- A) peculato
- B) concussão
- C) prevaricação
- D) corrupção passiva

23. No último ano do seu mandato, um chefe do Poder Executivo municipal ordenou assunção de vultuosa contratação de crédito para o financiamento de obras viárias na cidade. Ocorre que essa contratação foi realizada sem que o município possuísse a necessária e prévia autorização legislativa exigida pelas normas de finanças públicas. De acordo com as regras explícitas inseridas no Código Penal Brasileiro para a tutela das finanças do Estado, a conduta desse gestor configura o crime de:

- A) assunção de obrigação no último ano de mandato
- B) contratação de operação de crédito sem autorização legal
- C) inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar
- D) ordenação de despesa não autorizada por lei orçamentária

24. Determinada empresa privada de transportes, passando por severas dificuldades financeiras, deixou de repassar à Previdência Social, no prazo legal, as contribuições recolhidas dos seus empregados. Simultaneamente, para evitar a fiscalização e reduzir o valor formal das contribuições patronais remanescentes, o administrador da empresa inseriu elementos sabidamente inexatos e omitiu a operação de frete de duas filiais na carteira de trabalho de funcionários avulsos e nas respectivas guias de recolhimento. Considerando as condutas do administrador à luz do Código Penal Brasileiro e a jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores quanto à consunção e autonomia dos crimes contra a administração pública, a capitulação jurídica adequada para as condutas descritas é:

- A) apropriação indébita previdenciária em concurso material com estelionato
- B) apropriação indébita previdenciária em concurso formal com falsidade ideológica
- C) sonegação de contribuição previdenciária apenas, absorvido o falso por consunção
- D) apropriação indébita previdenciária em concurso material com sonegação de contribuição previdenciária

25. O Conselho Tutelar de Araçás é acionado para intervir no caso de um adolescente de 14 anos que se encontra em flagrante situação de risco, decorrente de reiterada omissão e abuso por parte de seus pais. Diante disso, a autoridade competente decide aplicar uma das medidas de proteção previstas. De acordo com as regras expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), a medida de proteção que possui caráter excepcional e provisório, não implicando privação de liberdade, e que deve ser utilizada como transição para a reintegração familiar ou para a colocação em família substituta é o(a):

- A) acolhimento institucional
- B) orientação, apoio e acompanhamento temporários
- C) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio
- D) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental

26. Quando um adolescente pratica um ato infracional, a autoridade judiciária competente pode aplicar-lhe medidas socioeducativas isolada ou cumulativamente, levando em conta a sua capacidade de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. Entre as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), existe uma que consiste na submissão do adolescente a regime de semiliberdade. De acordo com as regras expressas no ECA, em relação à medida socioeducativa de semiliberdade, pode-se afirmar que a:

- A) medida comporta prazo máximo determinado e fixo de dois anos
- B) sua aplicação pode ocorrer desde o início do processo de execução ou como forma de transição
- C) escolarização e a profissionalização são meramente facultativas ao adolescente que cumpre esse regime
- D) realização de atividades externas depende de prévia e expressa autorização judicial em cada oportunidade

27. Com base nas disposições da Lei Federal n.º 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), é possível afirmar que:

- A) o controle interno das guardas municipais cabe exclusivamente ao Ministério Público Estadual
- B) a guarda municipal de um município pode atuar na área de outro município, de forma preventiva isolada
- C) os Municípios limítrofes podem constituir consórcio público para utilizar reciprocamente os serviços de suas guardas municipais
- D) o exercício das competências das guardas municipais deve observar a reciprocidade com as forças de segurança federais, exceto em rodovias

28. No que tange às disposições finais, transitórias e prerrogativas asseguradas pela Lei Federal n.º 13.022/2014, afirma-se que o(a):

- A) cargo de comandante deve ser preenchido por servidor de carreira no primeiro ano de criação
- B) prazo para as guardas municipais existentes se adaptarem à referida lei foi estabelecido em três anos
- C) guarda municipal tem direito à prisão especial antes da condenação definitiva, isolado dos demais presos
- D) função de guarda municipal pode ser legalmente acumulada com um cargo de professor da rede pública estadual

29. Considerando as regras específicas sobre os órgãos de controle dispostas na Lei Federal n.º 13.022/2014, evidencia-se que o(a):

- A) corregedor terá mandato obrigatório de dois anos, sendo admitida uma única recondução por igual período
- B) exigência de ouvidoria e corregedoria é dispensada para municípios com menos de cinquenta mil habitantes
- C) controle interno é exercido por corregedoria e ouvidoria, tendo o corregedor e o ouvidor o exercício de mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal
- D) controle externo será exercido por ouvidoria e, o interno, pela corregedoria, tendo o corregedor e o ouvidor o exercício de mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal

30. No que concerne às regras sobre o controle e o direito ao uso de armas de fogo pelos integrantes das Guardas Municipais, conforme o disposto na Lei Federal n.º 13.022/2014, pode-se afirmar que o(a):

- A) criação de corregedoria é facultativa se a guarda municipal utilizar apenas armas de fogo curtas
- B) direito ao porte de arma de fogo é suspenso em caso de restrição médica nos termos do regulamento
- C) autorização para o porte de arma de fogo independe da existência de uma ouvidoria autônoma no município
- D) porte de arma em serviço é garantido, mas a lei proíbe o porte de arma de fogo fora do horário de expediente

31. Os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, quando em serviço de urgência, gozam de:

- A) prioridade de passagem, desde que o condutor tenha mais de 5 anos de habilitação
- B) preferência absoluta sobre os pedestres, mesmo quando estes já iniciaram a travessia
- C) livre circulação e estacionamento em qualquer circunstância, independentemente de sinais
- D) livre circulação, estacionamento e parada, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente

32. De acordo com as normas expressas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes configura infração de natureza:

- A) grave, sujeita apenas à penalidade de multa
- B) grave, sujeita à multa e retenção do veículo para averiguação
- C) média, sujeita à multa e retenção do veículo para regularização
- D) gravíssima, sujeita à multa multiplicada por cinco e suspensão do direito de dirigir

33. Considerando as regras do CTB sobre a responsabilidade pelo pagamento de sanções pecuniárias decorrentes de atos praticados na direção, pode-se afirmar que a penalidade de multa será sempre de responsabilidade do proprietário do veículo quando a infração for referente à:

- A) regularidade do registro e do licenciamento do veículo
- B) falta de uso do cinto de segurança pelo passageiro
- C) ultrapassagem realizada pelo lado direito da via
- D) condução sob o efeito de substância alcoólica

34. Conforme o artigo 75 do CTB, o órgão que, anualmente, estabelecerá os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito é o:

- A) PRF
- B) DNIT
- C) DETRAN
- D) CONTRAN

35. No que concerne à estrutura, governança e composição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conforme as diretrizes e normas gerais instituídas pela Lei Federal n.º 13.675/2018, pode-se afirmar que:

- A) as guardas municipais são classificadas como integrantes estratégicos do SUSP
- B) o Ministério da Justiça e Segurança Pública coordena o SUSP, mas não integra sua estrutura
- C) as forças armadas em atuação em GLO são classificadas como integrantes estratégicos do SUSP
- D) a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil atua como integrante operacional do referido sistema

36. No que tange ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e à governança estabelecida pela Lei Federal n.º 13.675/2018, atesta-se que:

- A) o conselho nacional de segurança pública e defesa social é um órgão de natureza consultiva
- B) a coordenação do sistema nacional de acompanhamento das metas do SUSP compete ao Conselho Nacional de Justiça
- C) o plano nacional de segurança pública (PNSPDS), destinado a articular as ações do poder público, terá a duração de cinco anos
- D) as conferências para debater diretrizes dos planos nacional, estaduais e municipais de segurança pública e defesa social devem ocorrer a cada dois anos

37. O artigo 19 da Lei Federal n.º 13.675/2018 estabelece que a estrutura formal do SUSP ocorrerá por meio de conselhos permanentes. Conforme estabelecido no artigo 21 da referida Lei, esses conselhos serão compostos, entre outros, por representantes:

- A) do TCU
- B) do CNJ
- C) da controladoria da União
- D) de entidades de profissionais de segurança pública

38. De acordo com o art. 8º da Lei Federal n.º 13.675/2018, um meio ou instrumento para a implementação da PNSPDS, dentre outros, é o(a):

- A) fiscalização de armas de fogo
- B) uso da política de redução de letalidade violenta
- C) emprego da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)
- D) fortalecimento de ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos

39. A Lei n.º 276/2018, de 30 de novembro de 2018, que dispõe sobre a criação da Guarda Civil do Município de Araçás (BA), promoveu uma reorganização estrutural em Araçás, ao criar o Grupo Ocupacional da Guarda Civil, estipulando regras para o aproveitamento de servidores antigos e para a concessão de vantagens pecuniárias decorrentes da atividade de segurança. A respeito da transição dos cargos preexistentes e dos adicionais pecuniários previstos na referida lei, verifica-se que:

- A) o adicional de risco de vida é fixado em trinta por cento do salário-base
- B) os antigos ocupantes do cargo de vigia passaram a integrar a carreira de Guarda Municipal
- C) o acúmulo do adicional de risco de vida com o adicional de periculosidade é garantido por lei
- D) a transformação do cargo de vigia em novo cargo alterou os requisitos de investidura e a carga horária

40. No que diz respeito à capacitação dos servidores e à organização dos órgãos de direção da Guarda Civil do Município de Araçás, a Lei n.º 276/2018, de 30 de novembro de 2018, que dispõe sobre a criação da Guarda Civil do Município de Araçás (BA), prevê regras específicas para garantir o aperfeiçoamento profissional e a liderança da corporação. Diante disso, e considerando a referida Lei, constata-se que:

- A) o cargo de subcomandante deve ser provido, obrigatoriamente, por servidor estável
- B) a lei autoriza a criação do cargo de comandante, obrigatoriamente, sob o regime de provimento efetivo
- C) é admitido, por lei, o consórcio com municípios vizinhos para fins de utilização de órgão de formação e aperfeiçoamento
- D) a matriz curricular nacional da Senasp serve como modelo obrigatório, sendo vedada qualquer adaptação pelo município



RASCUNHO